

# Documento 1

**Tipo documento:**

EDITAL

**Evento:**

ATO ORDINATÓRIO PRATICADO - DOCUMENTO ENCAMINHADO À DISPONIBILIZAÇÃO NO DIÁRIO EL

**Data:**

23/02/2024 19:02:06

**Usuário:**

SABRINFAVERO - SABRINA FAVERO

**Processo:**

5001299-84.2024.8.24.0019

**Sequência Evento:**

47



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca  
de Concórdia**

Travessa Silvio Roman, 45 - Bairro: Salete - CEP: 89700-316 - Fone: (49)3521-8687 - www.tjsc.jus.br - Email:  
concordia.falencia@tjsc.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE Nº 5001299-84.2024.8.24.0019/SC**

**AUTOR:** DF CONFECÇOES LTDA (MASSA FALIDA/INSOLVENTE, SOCIEDADE)

**EDITAL Nº 310055221735**

**EDITAL DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA**

**OBJETO:** INTIMAÇÃO de eventuais interessados na decretação da falência da empresa DF CONFECÇOES LTDA, CNPJ: 12979924000160, nos termos do artigo 99, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.

**PRAZO:** Poderão eventuais interessados, **no prazo de 15 (dez) dias**, a contar da publicação deste edital apresentar **diretamente ao administrador judicial** eventuais habilitações/divergências (acompanhadas dos respectivos documentos) quanto aos créditos relacionados (art. 7º, §1º), em cumprimento os requisitos do artigo 9º do mesmo diploma, EXCLUSIVAMENTE por meio do e-mail [contato@rlg-aj.com.br](mailto:contato@rlg-aj.com.br).

**DECISÃO:** "DF CONFECÇOES LTDA, requereram sua autofalência, nos termos do artigo 105 da Lei n. 11.101/05, informando que não têm capacidade para arcar com os seus compromissos, sem possibilidade de restabelecer suas atividades, diante da falta de capital de giro e endividamento perante instituições financeiras, alavancados pelo inadimplemento de seus clientes. O pedido inicial veio acompanhado dos documentos das evento 1, PROC2/evento 1, CONTRSOCIAL34. É o relatório. Fundamento e decido. Demonstrado está que as requerentes não têm condições de arcar com suas obrigações, estando, assim, presentes os requisitos da Lei n. 11.101/05, pois impossibilitadas de prosseguir com suas atividades. Assim, deve a falência ser decretada. Posto isso, DECRETO, hoje, a falência de DF CONFECÇOES LTDA, inscrita no CNPJs/MF n. 12979924000160, situada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 143 - FUNDOS - Centro - 89920000 Guaraciaba - SC. Portanto: 1 ) NOMEIO para exercício da função de administrador judicial (art. 99, IX), RLG Adm Judicial, com endereço na Av. Angélica, 2503, Ed. Higenópolis Offices Tower - Sala 138, Bela Vista, 01227-200 - São Paulo/SP, e-mail, representada por Frederico Rezende e Alexandre leite, que, para fins do art. 22, III, deve: 1.1) SER INTIMADO pessoalmente, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (arts. 33 e 34); 1.2) PROCEDER à arrecadação dos bens e documentos (art. 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles "sob sua guarda e responsabilidade" (art. 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para fins do art. 109, informando, ainda, ao juízo, quanto à viabilidade da continuidade das atividades da empresa (art. 99, XI); 1.3) quando da apresentação do relatório previsto no art. 22, III, 'e' da Lei 11.101/05, DEVERÁ o administrador judicial protocolá-lo digitalmente como incidente à falência, bem como eventuais manifestações acerca do mesmo deverão ser protocolizadas junto ao referido incidente. 2) FIXO o termo legal (art. 99, II), nos 90 (noventa) dias ao pedido de falência. 3 ) DEVE o administrador judicial informar se a relação nominal dos credores, com endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se encontram nos autos, de modo a ser expedido o edital com a relação de credores, bem como outras providências imprescindíveis ao andamento da falência. 3.1) DEVE o sócio da falida cumprir o disposto no artigo 104 da LRF, apresentando-se perante o administrador judicial para, no prazo de 10 dias, assinar termo de comparecimento e prestar esclarecimentos, que deverão ser apresentados na ocasião por escrito. Posteriormente, havendo necessidade, será designada audiência para esclarecimentos pessoais dos falidos, intimando-se, também, para tanto, o administrador judicial e o Ministério Público. 3.2) FICAM ADVERTIDOS os sócios e administradores, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII). 4) FIXO o prazo de 15

(quinze) dias, a contar da publicação do edital, para os credores apresentarem ao administrador judicial "suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados" (art. 99, IV, e art. 7º § 1º), que deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao Administrador Judicial, por meio de e-mail a ser por ele informado e criado especificamente para este fim e informado no referido edital a ser publicado. Nesse sentido, DEVERÁ o administrador judicial informar, no prazo de 5 (cinco) dias, um e-mail criado para esse fim, que deverá constar no edital do art. 99, parágrafo único, a ser expedido. 5) Quando da publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei 11.101/05, eventuais impugnações ao referido edital e/ou habilitações retardatárias DEVERÃO ser protocoladas digitalmente como incidente à falência, ao passo que não deverão ser juntadas nos autos principais, sendo que as petições subsequentes e referentes ao mesmo incidente deverão ser, sempre, direcionadas àquele já instaurado. 6) DETERMINO, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (empresa), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição. 7 ) PROÍBO a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida (empresa), sem autorização judicial e do Comitê de Credores (se houver), ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor "se autorizada a continuação provisória das atividades" (art. 99, VI). 8 ) Além de comunicação online ao Banco Central (SISBAJUD) e no CNIB, a ser providenciada pela serventia, SERVIRÁ cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do auxiliar do Juízo nomeado. O administrador judicial DEVERÁ encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, com comprovação do protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL. DEVERÁ repassar determinação deste Juízo para todas as instituições financeiras, a fim de que sejam bloqueadas e encerradas as contas correntes e demais aplicações financeiras da falida, nos termos do art. 121 da Lei 11.101/2005. As instituições financeiras somente devem responder ao presente ofício em caso de respostas positivas. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA: ENCAMINHAR a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda, contar a expressão "falido" nos registros desse órgão e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: ENCAMINHAR as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - UNIÃO FEDERAL: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida. 9) EXPEÇA-SE edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. 10) INTIME-SE o Ministério Público. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita à falida. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE."

#### **RELAÇÃO DE CREDITORES:**

**CLASSE III - TRIBUTÁRIA:** Estado de Santa Catarina R\$ 15.747,96; Estado de Santa Catarina R\$ 59.241,16; Estado de Santa Catarina R\$ 90.000,00; INSS R\$ 32.417,06; Município de Guaraciaba R\$ 4.110,87; União Federal R\$ 2.862,43, União Federal (FGTS e GRRF) R\$ 60.626,00; União Federal R\$ 275.145,95. SUBTOTAL CLASSE TRIBUTÁRIA: R\$ 540.151,43

**CLASSE VI - QUIROGRAFÁRIA:** Banco Bradesco S/A R\$ 52.000,00; Banco Bradesco S/A R\$ 58.000,00; Caixa Econômica Federal R\$ 69.495,20; Fumagalli Contabilidade Ltda EPP R\$ 15.470,00; Italy Embalagens Ltda ME R\$ 702,76. SUBTOTAL CLASSE - QUIROGRAFÁRIA: R\$ 195.667,96

**TOTAL DOS CRÉDITOS: R\$ 735.819,39 (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e dezenove reais e trinta e nove centavos).**

Como estes autos tramitam em meio eletrônico, poderão ser consultados no sítio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)).

Por intermédio do presente, ficam cientes eventuais credores e interessados de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como para atenderem ao objetivo supra mencionado, querendo, no lapso de tempo fixado, contado do transcurso do prazo deste edital.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 (uma) vez, na forma da lei.

Concórdia (SC), *data da assinatura eletrônica.*

19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **310055221735v3** e do código CRC **109288ce**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ALINE MENDES DE GODOY

Data e Hora: 23/2/2024, às 15:35:42

---

**5001299-84.2024.8.24.0019**

**310055221735 .V3**

# Documento 1

**Tipo documento:**

EXTRATO DE EDITAL

**Evento:**

JUNTADO(A)

**Data:**

26/02/2024 09:50:08

**Usuário:**

DBALBINOTT - DOUGLAS BALBINOTT

**Processo:**

5001299-84.2024.8.24.0019

**Sequência Evento:**

51



## Poder Judiciário

# Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

### Diário Eletrônico de Justiça Nacional Certidão de publicação 3376 de 26/02/2024 Intimação

**Número do processo:** 5001299-84.2024.8.24.0019

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES

**Classe:** EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**Tribunal:** Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

**Órgão:** Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

**Tipo de documento:** 80

**Disponibilizado em:** 26/02/2024

**Inteiro teor:** [Clique aqui](#)

#### Teor da Comunicação

Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Nº 5001299-84.2024.8.24.0019/SC AUTOR: DF CONFECCHOES LTDA (Massa Falida/Insolvente, Sociedade) EDITAL Nº 310055221735 EDITAL DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OBJETO: INTIMAÇÃO de eventuais interessados na decretação da falência da empresa DF CONFECCHOES LTDA, CNPJ: 12979924000160, nos termos do artigo 99, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005. PRAZO: Poderão eventuais interessados, no prazo de 15 (dez) dias, a contar da publicação deste edital apresentar diretamente ao administrador judicial eventuais habilitações/divergências (acompanhadas dos respectivos documentos) quanto aos créditos relacionados (art. 7º, §1º), em cumprimento os requisitos do artigo 9º do mesmo diploma, EXCLUSIVAMENTE por meio do e-mail contato@rlg-aj.com.br. DECISÃO: "DF CONFECCHOES LTDA, requereram sua autofalência, nos termos do artigo 105 da Lei n. 11.101/05, informando que não têm capacidade para arcar com os seus compromissos, sem possibilidade de restabelecer suas atividades, diante da falta de capital de giro e endividamento perante instituições financeiras, alavancados pelo inadimplemento de seus clientes. O pedido inicial veio acompanhado dos documentos das evento 1, PROC2/evento 1, CONTRSOCIAL34. É o relatório. Fundamento e decido. Demonstrado está que as requerentes não têm condições de arcar com suas obrigações, estando, assim, presentes os requisitos da Lei n. 11.101/05, pois impossibilitadas de prosseguir com suas atividades. Assim, deve a falência ser decretada. Posto isso, DECRETO, hoje, a falência de DF CONFECCHOES LTDA, inscrita no CNPJs/MF n. 12979924000160, situada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 143 - FUNDOS - Centro - 89920000 Guaraciaba - SC. Portanto: 1 ) NOMEIO para exercício da função de administrador judicial (art. 99, IX), RLG Adm Judicial, com endereço na Av. Angélica, 2503, Ed. Higenópolis Offices Tower – Sala 138, Bela Vista, 01227-200 - São Paulo/SP, e-mail, representada por Frederico Rezende e Alexandre leite, que, para fins do art. 22, III, deve: 1.1) SER INTIMADO pessoalmente, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (arts. 33 e 34); 1.2) PROCEDER à arrecadação dos bens e documentos (art. 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles “sob sua guarda e responsabilidade” (art. 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para fins do art. 109, informando, ainda, ao juízo, quanto à viabilidade da continuidade das atividades da empresa (art. 99, XI); 1.3) quando da apresentação do relatório previsto no art. 22, III, 'e' da Lei 11.101/05, DEVERÁ o administrador judicial protocolá-lo digitalmente como incidente à falência, bem como eventuais manifestações acerca do mesmo deverão ser protocolizadas junto ao referido incidente. 2) FIXO o termo legal (art. 99, II), nos 90 (noventa) dias ao pedido de falência. 3 ) DEVE o administrador judicial informar se a relação nominal dos credores, com endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se encontram nos autos, de modo a ser expedido o edital com a relação de credores, bem como outras providências imprescindíveis ao

andamento da falência. 3.1) DEVE o sócio da falida cumprir o disposto no artigo 104 da LRF, apresentando-se perante o administrador judicial para, no prazo de 10 dias, assinar termo de comparecimento e prestar esclarecimentos, que deverão ser apresentados na ocasião por escrito. Posteriormente, havendo necessidade, será designada audiência para esclarecimentos pessoais dos falidos, intimando-se, também, para tanto, o administrador judicial e o Ministério Público. 3.2) FICAM ADVERTIDOS os sócios e administradores, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII). 4) FIXO o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do edital, para os credores apresentarem ao administrador judicial “suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados” (art. 99, IV, e art. 7º § 1º), que deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao Administrador Judicial, por meio de e-mail a ser por ele informado e criado especificamente para este fim e informado no referido edital a ser publicado. Nesse sentido, DEVERÁ o administrador judicial informar, no prazo de 5 (cinco) dias, um e-mail criado para esse fim, que deverá constar no edital do art. 99, parágrafo único, a ser expedido. 5) Quando da publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei 11.101/05, eventuais impugnações ao referido edital e/ou habilitações retardatárias DEVERÃO ser protocoladas digitalmente como incidente à falência, ao passo que não deverão ser juntadas nos autos principais, sendo que as petições subsequentes e referentes ao mesmo incidente deverão ser, sempre, direcionadas àquele já instaurado. 6) DETERMINO, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (empresa), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição. 7) PROÍBO a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida (empresa), sem autorização judicial e do Comitê de Credores (se houver), ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor “se autorizada a continuação provisória das atividades” (art. 99, VI). 8) Além de comunicação online ao Banco Central (SISBAJUD) e no CNIB, a ser providenciada pela serventia, SERVIRÁ cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do auxiliar do Juízo nomeado. O administrador judicial DEVERÁ encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, com comprovação do protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL. DEVERÁ repassar determinação deste Juízo para todas as instituições financeiras, a fim de que sejam bloqueadas e encerradas as contas correntes e demais aplicações financeiras da falida, nos termos do art. 121 da Lei 11.101/2005. As instituições financeiras somente devem responder ao presente ofício em caso de respostas positivas. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA: ENCAMINHAR a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda, contar a expressão “falido” nos registros desse órgão e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: ENCAMINHAR as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – UNIÃO FEDERAL: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida. 9) EXPEÇA-SE edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. 10) INTIME-SE o Ministério Público. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita à falida. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE." **RELAÇÃO DE CREDITORES: CLASSE III – TRIBUTÁRIA:** Estado de Santa Catarina R\$ 15.747,96; Estado de Santa Catarina R\$ 59.241,16; Estado de Santa Catarina R\$ 90.000,00; INSS R\$ 32.417,06; Município de Guaraciaba R\$ 4.110,87; União Federal R\$ 2.862,43, União Federal (FGTS e GRRF) R\$ 60.626,00; União Federal R\$ 275.145,95. **SUBTOTAL CLASSE TRIBUTÁRIA: R\$ 540.151,43** **CLASSE VI - QUIROGRAFÁRIA:** Banco Bradesco S/A R\$ 52.000,00; Banco Bradesco S/A R\$ 58.000,00; Caixa Econômica Federal R\$ 69.495,20; Fumagalli Contabilidade Ltda EPP R\$ 15.470,00; Italy Embalagens Ltda ME R\$ 702,76. **SUBTOTAL CLASSE - QUIROGRAFÁRIA: R\$ 195.667,96** **TOTAL DOS CRÉDITOS: R\$ 735.819,39** (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e dezenove reais e trinta e nove centavos). Como estes autos tramitam em meio eletrônico, poderão ser consultados no sítio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)). Por intermédio do presente, ficam cientes eventuais credores e interessados de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como para atenderem ao objetivo supra mencionado, querendo, no lapso de tempo fixado, contado do transcurso do prazo deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 (uma) vez, na forma da lei. Concórdia (SC), data da assinatura eletrônica.

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/qo8LEjMvRgbF8Kri5TGK338Ymrz2A1/certidao>  
Código da certidão: qo8LEjMvRgbF8Kri5TGK338Ymrz2A1